

## **A evolução econômica regional e o papel dos imigrantes na zona da Mata mineira: o caso de Juiz de Fora no século XIX**

Marcus Antônio Croce (Cedeplar-UFMG, FASAR)

Mirna Valéria Coimbra Dias (UERJ, FACEL)

Joanna D'arc de Mello Croce (UFJF)

### **Resumo:**

Nosso trabalho busca focar como a chegada de imigrantes, tanto nacionais como estrangeiros na cidade pólo da zona da Mata mineira, Juiz de Fora, consolidou uma dinâmica econômica ascendente. Tudo começou devido a construção da Estrada União Indústria, ligando Juiz de Fora ao Rio de Janeiro no século XIX, que atraiu a presença de trabalhadores estrangeiros na construção da rodovia, e, ao mesmo tempo, atraiu investidores como industriais, comerciantes e dentre outros de outras localidades contribuindo para um evolução econômica regional.

**Palavras Chave:** *Imigrantes; economia; desenvolvimento*

**Área Temática:** *História Econômica e Demografia Histórica*

## **Introdução**

O trabalho ora apresentado tem como objetivo central contribuir com o estudo sobre a imigração ocorrida na cidade mineira de Juiz de Fora, durante a segunda metade do século XIX.

A expansão da economia cafeeira na região da zona da Mata mineira propiciou os agentes agrários juntamente com o governo imperial à inaugurarem a rodovia União e Indústria, fato esse que trouxe uma grande leva de imigrantes alemães, franceses e outros a se instalarem na cidade através de colônias. Tais imigrantes paralelamente à construção da estrada foram inaugurando ramos de produção com suas economias, tanto individuais como também em sociedade, contribuindo significativamente com o crescimento da cidade.

A força de trabalho especializada desses imigrantes juntamente com o crescimento da cidade e sua proximidade com a capital do Brasil nesse período, a cidade do Rio de Janeiro, atraiu também imigrantes nacionais, em sua maioria do próprio estado de Minas Gerais que já se instalaram em Juiz de Fora consolidados e passaram a investir na cidade com seus ramos de produção. A diversificação setorial desses investimentos contribuiu na junção de capitais de imigrantes nacionais, estrangeiros e agentes agrários da cidade gerando um número representativo de sociedades anônimas que geraram inovações no contexto brasileiro dessa época como a Cia. Mineira de Eletricidade, primeira hidrelétrica da América Latina e a Academia do Comércio, primeira instituição de curso superior na América do Sul.

Metodologicamente, o desenvolvimento de nossa pesquisa se divide em três partes. Na primeira expomos uma visão geral da relação entre imigração e produção cafeeira na região sudeste, focando mais precisamente os estados de Minas Gerais e São Paulo que vivenciaram esse contexto.

No segundo tópico, o enfoque é direcionado aos imigrantes estrangeiros e suas atuações na conjuntura econômica que a cidade de Juiz de Fora presenciava. Pequenas fábricas, porém com grande diversificação produtiva fazem parte dessa dinâmica.

Na terceira e última parte do artigo, destaca-se a participação maciça dos imigrantes nacionais que, associando-se a cafeicultores locais deram a oportunidade da cidade alavancar sua importância no cenário econômico nacional. Eventos como luz elétrica, formação superior para administradores e gerentes, sistema financeiro, industrial e comercial sólidos foram algumas características da contribuição dos imigrantes em Juiz de Fora.

Esperamos por fim, respeitando todas as especificidades socioeconômicas do estado de Minas Gerais, demonstrar como o fator imigração trouxe uma constelação de fatores que transformaram o cotidiano de toda uma sociedade.

## 1 - A Visão Geral da Imigração no Brasil no século XIX: Uma análise da região sudeste.

Segundo Celso Furtado, em um momento em que a população brasileira se encontrava com sete milhões de habitantes dos quais dois milhões eram escravos, o Brasil pressionado pela Inglaterra, em 1850, decreta a Lei Eusébio de Queiróz com o objetivo encerrar o tráfico de escravos oriundos da África ao país. Em 1872, o primeiro censo demográfico do Brasil já demonstrava uma redução da população escrava, onde se detectou a presença de um milhão e meio deles na sociedade (FURTADO, 1980 p. 117).

O fim do tráfico refletiu diretamente na economia do Brasil nesse período uma vez que, o tráfico representava a maior quantidade de importação do país, envolvendo muitos negociantes de distintas esferas sociais nesse empreendimento. Gerou também uma grande inversão de ativos, como por exemplo, transferência de capitais destinados à imóveis, compra de escravos para outros setores como bancos de emissão e papéis da dívida pública (HOLANDA, 1995 p. 88).

O episódio da extinção do tráfico negreiro no Brasil pode ser enxergado como um ensaio para a Abolição que ocorreria em 1888, uma vez que já estavam sendo elaboradas e implantadas formas de se substituir a mão-de-obra escrava pela força de trabalho dos imigrantes (COSTA, 1998 pp. 159-93).

A transição da força de trabalho, do escravo para o livre, juntamente com o desenvolvimento da produção cafeeira gerou uma situação conflituosa. Latifúndios começaram a se dividir na questão de mão-de-obra entre escravos, meeira e imigrante que haviam sido informados de uma forma de trabalho, mas se deparavam com uma realidade bem diferente, chegando a existir até uma “quase escravidão por dívida”. **(NOTA DE RODAPÉ: Existiam contratos que os imigrantes que assumiam um papel de colonos assinavam na Europa fazendo com que estes ficassem atrelados ao serviço nas fazendas até o pagamento final de suas dívidas. Tais colonos tinham seu transporte desde a Europa até as fazendas pagos e todas as despesas envolvendo manutenção e transportes teriam de ser pagas no momento em que o imigrante pudesse sustentar-se, além de ser cobrado um juros sobre a quantia investida de 6% ao ano. Ver: COSTA, 1998 p. 81).** Tais conflitos entre fazendeiros e imigrantes ocasionaram em 1859 uma proibição de imigração por parte da Alemanha ao Brasil (BOCCHI, 2003 p. 82).

Em 1837 entra em vigor uma legislação que regulamenta o trabalho de imigrantes estrangeiros, a lei nº 108 de 11 de outubro, onde existia uma política voltada para a criação de “colônias de parceria” financiadas por investidores particulares porém com ônus para os imigrantes e uma política de subsídio tratada entre o governo imperial e os governos provinciais que acabou sendo prevalecida.

Na década de 1870, com a ascensão contínua da produção de café e a Lei do Ventre Livre promulgada em 1871, a força de trabalho tornou-se mais necessária, pois além de reduzir o número de escravos, a convivência entre cativos e ex-cativos desencadeou revoltas nos centros de produção (BOCCHI, 2003 p. 82).

Os fatos acima geraram incentivos à imigração de trabalhadores assalariados e participações em subsídios envolvendo o império e governos provinciais. Entre 1860 e 1869, 108.187 imigrantes pisaram em solo brasileiro, sendo que entre 1881 e 1930, eram 3.964.300 (PAULA, 2012 p. 27).

No ano de 1879 ocorre um fato que levará a um grande contingente imigratório para o Brasil que irá se estabelecer durante toda a década de 1880: a promulgação da lei

de 1879. Tal lei que trazia em seu bojo pontos como, parceria agrícola e pecuária como também locação de serviços permitiu uma entrada significativa de imigrantes principalmente direcionados para a cafeicultura.

As regiões de estados como a zona da Mata em Minas Gerais e o Oeste de São Paulo dinamizando sua economia através de diversificação setorial oriunda do capital obtido das receitas do café foi um exemplo disso. Verifica-se o caso de São Paulo na tabela abaixo:

**TABELA 01**  
**Subsídios à imigração: 1885-1900 (em libras esterlinas)**

<i>Ano</i>	<i>Governo Federal (A)</i>	<i>Governo Estadual (B)</i>	<i>TOTAL A+B=C</i>	<i>B/C %</i>
1885	80.430,78	28.343,82	180.774,01	15,68
1886	160.619,27	88.172,13	194.179,40	45,41
1887	251.734,00	299.447,62	551.181,62	54,33
1888	405.395,21	304.383,88	709.779,09	42,88
1889	703.153,53	17.541,18	720.694,71	2,43
1890	327.322,21	83.918,70	411.240,91	20,41
1891	1.224.275,18	37.382,66	1.281.657,84	2,92
1892	346.374,96	75.565,31	421.940,27	17,91
1893	301.319,60	180.554,46	481.874,06	37,47
1894	99.067,25	51.318,40	150.385,65	34,12
1895	339.878,38	301.398,25	641.276,63	47,00
1896	679.561,38	175.406,26	854.967,64	20,52
1897	30.887,30	190.619,57	221.506,87	86,00
1898	40.485,88	82.039,20	122.525,08	67,00
1899	7.942,15	70.607,19	78.549,34	90,00
1900	75.213,94	44.685,92	119.899,86	37,26

Fonte: GRAHAM, D. H. **Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento brasileiro. Estudos Econômicos** 1880-1930, v. 3 n.1

A imigração que ocorreu na região sudeste do Brasil, mais precisamente nos estados de Minas Gerais e São Paulo no século XIX se deram com maior incidência devido à produção cafeeira. Em São Paulo os dados abaixo corroboram esse fato:

**TABELA 02**  
**Produção de café e imigração (1880-1897)**

<i>Ano</i>	<i>Produção de café</i>	<i>Nº de imigrantes</i>
1880	5.783	22.520
1881	5.691	23.766
1882	6.852	24.306
1883	5.166	25.449
1884	6.492	29.935
1885	5.770	35.688
1886	6.320	56.606
1887	3.165	64.818
1888	6.925	79.224
1889	4.405	115.879
1890	5.525	121.927

1891	7.695	122.238
1892	6.535	121.245
1893	5.040	133.274
1894	7.235	121.548
1895	6.005	133.580
1896	9.315	122.241
1897	11.210	120.970
Total	115.129	1.475.214

**Fonte:** Departamento Nacional do Café – Anuário Estatístico, 1938 e Secretaria da Agricultura de São Paulo, Relatório, vários anos. (1) Em milhares de sacas de 60 kg, colocadas no porto de Santos. In: *Formação Econômica do Brasil*/ organizadores: José Márcio Rego, Rosa Maria Marques – São Paulo: Saraiva, 2003.

Como coloca João Antônio de Paula, *não será reducionismo afirmar que o núcleo principal destas mudanças foi a economia cafeeira* (PAULA, 2012 p. 27). A imigração na região sudeste do Brasil na segunda metade do século XIX de fato em sua grande parte atrelada ao café, Temos que reconhecer então, que esse fator contribuiu significativamente para o deslocamento de pessoas estrangeiras e também de outras localidades do país, principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, onde a produção cafeeira se encontrava em franca ascensão nessa época.

No caso da zona da Mata de Minas Gerais e seu pólo urbano, a cidade de Juiz de Fora, objeto de nosso interesse nesse artigo, na segunda metade do século XIX a imigração se concentrou mais nessa região devido ali ser o centro cafeeiro mineiro nesse período.

A construção de uma rodovia, a “União e Indústria”, voltada para o escoamento do café para o porto do Rio de Janeiro, contribuiu diretamente nesse contexto, atraindo mão-de-obra estrangeira e conseqüentemente atraindo empresários e outros trabalhadores de outras localidades para o município, fato esse que veremos mais detalhadamente no próximo tópico.

## **2- A imigração para a cidade pólo da zona da Mata mineira: Juiz de Fora**

No que se refere à questão da imigração em Minas Gerais no século XIX, a relação desse contexto com a industrialização em Juiz de Fora é um fato pertinente (ARANTES, 1991; BIRCHAL, 1998; CROCE, 2008; GIROLETTI, 1988). Tal relação nos permite uma visualização geral de como esse processo influiu no panorama econômico de Juiz de Fora chegando ao ponto da cidade ficar conhecida como "Manchester Mineira".

Sérgio Birchal (1998) contribuiu no campo dessas especificidades com uma pesquisa na qual se refere às diferenças regionais do empresariado brasileiro. Birchal destaca que a classe empresarial oriunda de imigrantes teve uma expressão muito limitada em Minas Gerais, porém coloca que a participação dessa classe foi significativa somente na zona da Mata mineira (BIRCHAL, 1998 p. 18). Mais uma vez percebemos a

desarticulação e as especificidades de cada sub-região mineira, devido à grande dimensão territorial do Estado<sup>1</sup>.

No período que envolve os anos de 1858/1912, 66% das indústrias de Juiz de Fora pertenciam a imigrantes. Birchall aponta então que o imigrante industrial mineiro se difere do imigrante industrial paulista, denominado como o "imigrante burguês" (BIRCHALL, 1998 p.19). A diferença é demonstrada através do início das atividades desses imigrantes no Brasil. Segundo Birchall, o imigrante industrial mineiro começa a trabalhar como operário e em outras atividades secundárias, na expectativa de conseguir um pedaço de terra, diferente dos imigrantes paulistas (BIRCHALL, 1998 p. 19).

A análise de Birchall nesse contexto comparativo merece ser relativizada. Quanto ao setor agrário, podemos assimilar as diferenças, se levarmos em conta que, enquanto as fronteiras na zona da Mata mineira no período já se encontravam fechadas, São Paulo no período pós-abolição dispunha de fronteiras abertas. Tal fato resulta no desenvolvimento cafeeiro, impulsionado pelos "contratos de colonos" (LIMA, 1981 pp. 30 a 35). Quanto ao "imigrante burguês", o qual é um investidor presente no meio urbano-industrial de grandes empreendimentos, não assimilamos a diferença entre o imigrante mineiro e o imigrante paulista.

Imigrantes investidores realizaram grandes empreendimentos na zona da Mata mineira como o feito em São Paulo. Vejamos o caso de Pantaleoni Arcuri, estabelecido na cidade de Juiz de Fora. Pantaleoni Arcuri foi pioneiro em fabricar e comercializar no Brasil telhas de amianto, além de fabricar ladrilhos hidráulicos (GIROLETTI, 1988 p. 78), assim como muitos imigrantes inovaram em seus ramos em São Paulo.

Muitos imigrantes que se instalaram em Minas Gerais, mais precisamente na zona da Mata mineira, como apontou Birchall, realmente pretendiam um pedaço de terra que esperavam adquirir com suas economias extraídas de serviços operários. Porém outros recém-chegados já pretendiam investir com uma economia externa. Estudos apontam esse fato, demonstrando a entrada de imigrantes ingleses, que já fixados no Rio de Janeiro investem em Juiz de Fora (PIRES, 1999 p. 299)<sup>2</sup>.

Consideramos extremamente importante analisar a imigração na cidade de Juiz de Fora focando os fatores mão-de-obra e o empresarial na constituição no desenvolvimento econômico local.

Dentro do primeiro fator, a construção da rodovia União e Indústria foi o marco da chegada dos imigrantes no município. O desenvolvimento dessa obra, administrada pela Cia. União e Indústria geraram resultados diretos e indiretos que a diferiram das outras companhias do país (GIROLETTI, 1988 p. 55).

As outras referidas companhias eram conhecidas como "Cias. relâmpago", direcionadas por tecnologia e administração estrangeira, enquanto a companhia local possibilitou relações duradouras, que influíram no processo produtivo endógeno. A Companhia União e Indústria "*contribuiu para diversificação de forças produtivas; não só introduziu como facultou a mão-de-obra livre e a mão-de-obra qualificada*" (GIROLETTI, 1988 pp. 55-56).

Devido às necessidades qualitativas do empreendimento, o idealizador da obra rodoviária União e Indústria, Mariano Procópio, buscou nos imigrantes serviços relacionados à engenharia, arquitetura, desenho, técnico em pontes e dentre outros,

---

<sup>1</sup> A respeito dessa desarticulação entre as regiões de Minas Gerais ver WHIRTH, John. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira: 1889/1937**. Paz e Terra, São Paulo, 1982.

<sup>2</sup> É importante assinalar que, como aborda Anderson Pires, o investimento da Companhia Industrial Mineira foi concretizado por comerciantes ingleses radicados no Rio de Janeiro, e por isso afirma que Maria Teresa Versiani aponta erroneamente que tal investimento foi um investimento de origem estrangeira. Nossa colocação a esse respeito é a colaboração de investimentos proporcionados por imigrantes em Juiz de Fora, sendo que o investimento mencionado partiu de imigrantes ingleses.

sendo que a maioria dos imigrantes iria compor o quadro de operários. Diante desse quadro foi criada então a Colônia D. Pedro II, local de moradia desses imigrantes recém-chegados.

Em uma iniciativa que envolveria os setores público/privado, o empreendimento buscou solucionar objetivos de ambos os lados. O setor privado, representado pelos cafeicultores, estabeleceu que a rodovia atendesse a seus interesses, necessitando de serviços especializados dos imigrantes. Já o governo, buscou fortalecer a agricultura, reforçando o contingente agrário associado a técnicas europeias.

No acordo entre as partes, celebrado em 1852, ficou constatado que a Cia. União e Indústria trouxesse 2.000 colonos, sendo que 400 famílias encampariam o setor agrícola. Entre maio de 1858 e dezembro de 1860, a colônia abrigou 1.144 pessoas, sendo os residentes dessa colônia agricultores e agentes especializados em diversas categorias como: professores primários, oleiros, pedreiros, jardineiros, sapateiros e tecelões (GIROLETTI, 1988 pp. 57-58) .

As inovações que os imigrantes trouxeram, refletiram no cotidiano da colônia. Os trabalhadores da colônia se dividiam em suas funções, enquanto uns trabalhavam na companhia, outros trabalhavam por conta própria e outros na agricultura. A agricultura exercida pelos imigrantes se voltou para o mercado interno, cultivando produtos como mandioca, milho, arroz, feijão, inhame e fumo. Criaram também abelhas e porcos, além de melhorarem a questão de pastagem para o gado (GIROLETTI, 1988 pp. 57-58).

A mentalidade *self made man* que os imigrantes possuíam, ou seja, uma mentalidade direcionada para a disciplina e a produtividade, seriam elementos fundamentais na mão-de-obra qualificada. Os imigrantes tinham então uma grande perspectiva de que, através de seu trabalho, e conseqüentemente adquirindo uma poupança proveniente desse, conseguiriam o enriquecimento e a posse de terra (GIROLETTI, 1988 pp. 57-58- 59). Tal mentalidade resultou em fatores contributivos na esfera local, como acumulação de capital através dessas poupanças, abertura de ramos de produção e organização de empreendimentos (BIRCHAL, 1998 pp. 18-19). Vejamos a tabela abaixo referente a 1889-1930.

**Tabela 03**  
**Participação dos Imigrantes em Abertura de Ramos de Produção em Juiz de Fora**

<b>RAMOS</b>	<b>IMIGRANTES</b>	<b>NÃO- IMIGRANTES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Alimentação (bebidas)</b>	<b>22</b>	<b>38</b>	<b>60</b>
<b>Tecidos (em geral)</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>31</b>
<b>Couros (em geral)</b>	<b>22</b>	<b>17</b>	<b>36</b>
<b>Marcenaria (em geral)</b>	<b>17</b>	<b>04</b>	<b>21</b>
<b>Cerâmica (em geral)</b>	<b>11</b>	<b>09</b>	<b>20</b>
<b>Construção</b>	<b>03</b>	<b>05</b>	<b>08</b>
<b>Fumos (em geral)</b>		<b>11</b>	<b>11</b>
<b>Tipografia e Litografia</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>23</b>
<b>Indústrias Diversas</b>	<b>10</b>	<b>27</b>	<b>37</b>
<b>TOTAL</b>	<b>141</b>	<b>145</b>	<b>286</b>

Fonte: ESTEVES, A. Álbum...op. cit. p.291-6. Apud: GIROLETTI, D. A Industrialização...op. cit. p. 79.

Um fator pertinente para investimentos na cidade, resultante da presença de imigrantes, foi a atração de industriais de outras localidades a investirem em Juiz de Fora, devido constatarem que na cidade haveria mão-de-obra qualificada. As indústrias atraídas por esse fator juntamente com as obras ferroviárias em expansão na região, aumentaram o volume de imigração. A necessidade de uma mão-de-obra qualificada para se trabalhar com ferrovias foi a causa desse aumento imigratório (PIRES, 1999 p. 54).

O interesse dos cafeicultores e dos industriais locais em buscarem subsídio do governo em relação aos imigrantes era uma via de ampliar o mercado através de um maior número de mão-de-obra qualificada a baixo custo. Tal interesse resultou na fundação da Sociedade Promotora de Imigração em 1887, que teria como premissa promover a entrada de imigrantes em toda a província de Minas Gerais.

Associamos a iniciativa dessa Sociedade com a pesquisa de Sérgio Birchal, onde é demonstrado que o fluxo imigratório em Minas Gerais foi significativo apenas na zona da Mata mineira (BIRCHAL, 1998 p. 18). A criação da Hospedaria Horta Barbosa, núcleo que receberia os imigrantes recém-chegados, instalada em Juiz de Fora em 1889, resultou na maior porcentagem de imigrantes a se fixarem na cidade (GIROLETTI, 1988 p. 57).

O fator empresarial é o fator onde podemos perceber a maior contribuição dos imigrantes na esfera econômica local. Podemos dividir o processo industrial de Juiz de Fora em duas fases. A primeira é quando surgem as primeiras fábricas, com baixa produção e tecnologia, onde o proprietário é, ao mesmo tempo, o agente produtor. Tal fase permanece até o fim de 1880. A segunda fase é o início de pequenas e médias empresas, resultantes das já instaladas ou novas, que acompanham o avanço do capitalismo brasileiro. As novas instalações, nessa fase, produzem em série, contam com mais tecnologia e o proprietário não é mais o produtor direto. Percebe-se que "*é um período em que as empresas se diferem das médias para o emprego, maior quantidade de mão-de-obra, ou pela maior soma de capital investido*" (GIROLETTI, 1988 p. 74). Associamos tal fase ao crescimento de sociedades anônimas em Juiz de Fora, sendo esse mecanismo um forte elemento no mercado de capitais.

Voltando à primeira fase, estudos apontam que os imigrantes vão se inserir na constituição do mercado de trabalho e organização dos primeiros investimentos industriais. Para alguns autores existe a hipótese de que os imigrantes operários da Cia. União e Indústria teriam consciência de que faziam parte de um mercado de trabalho temporário. De acordo com esse pensamento, teriam que buscar alternativas de sobrevivência ao fim dessa obra (GIROLETTI, 1988 pp. 74 a 77).

Associando tal consciência com a mentalidade *self made man*, os imigrantes fazem uma poupança de seus salários e com o recurso acumulado associam-se entre si, reunindo habilidades afins, ou abrem ramos individuais, tendo como força de trabalho a família. Ficam demonstrados nesse contexto empreendimentos individuais e em sociedade abertos em Juiz de Fora, de propriedade dos imigrantes desde 1858, como fábricas de carroças, lojas comerciais, cervejarias, curtume, dentre outros (GIROLETTI, 1988 pp. 73 a 81).

Os empreendimentos da primeira fase passam para a segunda através da concentração de capitais e ampliações verticais e horizontais. O caso da firma Pantaleoni Arcuri é um exemplo claro da mobilidade vertical. A firma surge em 1895, exercendo serviços de serraria, carpintaria e marcenaria, com um departamento em materiais de construção. Em 1905, ampliava seus segmentos fabricando mosaicos e

ladrilhos hidráulicos e em 1909 fabricava telhas de cimento e amianto, sendo pioneira desse produto no Brasil. Em 1908, possuía 156 operários; em 1914 possuía 200 operários.

O exemplo horizontal, que é uma loja de revenda, passar a fabricar, é o que podemos constatar com a Fábrica Meurer. Através de seu estabelecimento que vendia armarinhos e fazendas, o proprietário, Antônio Meurer, percebeu a grande procura por meias importadas, importou uma máquina da Alemanha e começou a fabricação de meias em sua própria casa. O início de uma pequena produção, composta de uma força de trabalho familiar, chegou em 1914 produzindo 120.000 dúzias de meias ao ano, com 300 operários e um capital de 500 contos (GIROLETTI, 1988 pp. 80-81).

A contribuição dos imigrantes no desenvolvimento local como podemos visualizar com os exemplos acima, fica evidente, e, é de consenso entre historiadores regionais que estudam a zona da Mata mineira: "*se não fossem os imigrantes Juiz de Fora não poderia se beneficiar tão rapidamente do surto de progresso que a estrada lhe deu*" (ALVARENGA FILHO, 1987 p. 34).

Em 1991, surge uma pesquisa envolvendo o tema relacionado aos imigrantes em Juiz de Fora, *As Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora*, do autor Luiz Antônio Valle Arantes. Este trabalho é de alta valia para a historiografia local, pois se contrapõe aos argumentos da maioria dos historiadores regionais.

Arantes concorda que o início do processo de industrialização de Juiz de Fora se deve aos imigrantes, porém aborda que os historiadores locais não buscam explicar suas razões. Arantes aponta que as explicações historiográficas existentes referentes à participação dos imigrantes no processo de desenvolvimento econômico de Juiz de Fora foram insuficientes para explicar o que chama de "fenômeno" (ARANTES, 1991 p. 83).

Dentro de uma teoria weberiana, Arantes aborda que a mentalidade do imigrante germânico, que majoritariamente fizeram parte da primeira leva de imigrantes que Juiz de Fora acolheu, está direcionada para a ética protestante. É tal elemento, segundo Arantes, que definirá a iniciativa de empreendimentos suas diversificações setoriais e não a mentalidade *self made man* colocada por Giroletti (ARANTES, 1999 p. 84).

O projeto da Cia. União e Indústria, elemento responsável pela chegada dos primeiros imigrantes a Juiz de Fora é visto por Arantes como fracasso e sucesso ao mesmo tempo. O fracasso é relacionado com a falência da empresa, o sucesso relacionado com a entrada de imigrantes, formadores de um mercado consumidor e empreendedores dos primeiros investimentos industriais.

Arantes divide então os germânicos que chegaram a Juiz de Fora em duas categorias: os católicos e os protestantes. De acordo com o autor, é importante observar que o vínculo existente entre os imigrantes era de caráter religioso e não de nacionalidade.

Em seu trabalho de campo empírico, Arantes detecta que, de todos os empreendimentos industriais iniciados em Juiz de Fora com a participação de imigrantes germânicos, só se concretizaram e se desenvolveram aqueles relacionados com os imigrantes protestantes. Através da associação entre o nome do proprietário(s), com fontes empíricas (Livros de Registros e Históricos Evangélicos), dos quais consta a presença dos participantes em fundações de cultos evangélicos, Arantes absorve sua conclusão (ARANTES, 1999 p. 89).

Arantes aponta que a religião protestante sofria certa resistência no Brasil, e esse fator levava os membros dessa religião a aumentarem seus laços de solidariedade e confiança mútua, o que se refletia no campo dos negócios. Tais relações resultariam em parcerias e sociedades bem sucedidas. Abordando como elementos de acumulação de capitais, além dos já expostos nesse tópico, Arantes acrescenta o laço matrimonial

existente entre os protestantes e a facilidade de acesso a fontes de capital externo (ARANTES, 1999 pp. 103-104).

O autor destaca também, o papel de imigrantes de outras nacionalidades dentro do contexto econômico de Juiz de Fora. Evidencia a importância do capital inglês, que foi responsável pela instalação da maior fábrica da cidade e do Estado. Quanto aos imigrantes portugueses e espanhóis o autor aponta a participação destes relacionado com investimentos em ramos de laticínios, gelo e vinhos (ARANTES, 1999 pp. 115-122).

O setor ferroviário, segundo Arantes, foi um elemento fundamental para a entrada de imigrantes italianos, que predominaram na segunda fase da industrialização de Juiz de Fora. Além da ferrovia, é abordado também, dentro da imigração italiana, o interesse de grupos da cidade em promover sua imigração. Dentre esses grupos estariam os cafeicultores visando substituir a mão-de-obra escrava, e os industriais buscando a qualificação de trabalhadores deserdados, que venderiam sua força de trabalho a baixo custo, uma vez que o principal motivo da imigração italiana foi a fome e a miséria que rondavam aquele país (ARANTES, 1999 p. 117).

A conclusão da pesquisa de Arantes demonstra que apesar de incidentes ocorridos, como a exploração de cafeicultores sobre imigrantes, problemas referentes à higiene, salubridade e superlotação na hospedaria que abrigou os imigrantes, a cidade alcançou certa progressão no setor de mão-de-obra. No período de 1886-96, a cidade recebeu 7.000 imigrantes, em sua maioria italianos que, além de comporem o mercado de trabalho, fundaram fábricas de alta relevância na cidade. Tais fábricas operavam no ramo de funilarias, calçados, móveis, tonéis, curtume, dentre outras, atingindo uma grande expressividade no ramo de construção civil (ARANTES, 1999 pp. 121-122-123).

É importante ressaltar também a significância de imigrantes nacionais em Juiz de Fora. A presença de investidores locais e imigrantes nacionais juntamente com os imigrantes estrangeiros formou o pilar do desdobramento industrial em Juiz de Fora.

O desdobramento referido provém de avanços como o aperfeiçoamento do sistema de comunicações (ferrovia, rodovia, telefone urbano e telégrafo), a organização de um sistema financeiro local (bancos e mecanismos de crédito à indústria), criação de escolas secundárias e superiores destinadas à formação de mão-de-obra e energia elétrica, servindo como a nova força motriz para a indústria.

Os fatores colocados acima formam a infra-estrutura de uma nova conjuntura que a cidade vivenciou. Iniciativas essas que se concretizaram através de investidores que influenciaram diretamente na história sócio-econômica de Juiz de Fora. São esses investimentos e seus agentes que abordaremos no próximo tópico.

### **3 – A atração dos imigrantes nacionais através dos imigrantes estrangeiros e o desdobramento industrial.**

A estrada União e Indústria gerou dois fatos para despertar a transferência de investidores de outras localidades para Juiz de Fora: mão-de-obra qualificada e barata, uma vez que muitos imigrantes estrangeiros estavam disponíveis com sua força de trabalho com o fim da obra da rodovia e terras possíveis de adquirir por um custo acessível e próximas do maior centro consumidor e distribuidor do país, a cidade do Rio de Janeiro.

Orlando Valverde em sua análise de geografia demográfica, demonstra que a zona da Mata constitui uma região povoada, na qual a densidade de população gera taxas das mais elevadas em todo o estado. Valverde aponta que tal densidade demográfica se encontra ao longo de rodovias, e as principais cidades estendem-se ao longo de caminhos tradicionais: "*Quanto mais velhas as estradas, mais importantes as cidades*" (VALVERDE, 1958 p. 01). A colocação de Valverde corrobora a concepção de Domingos Giroletti, que aponta a rodovia União e Indústria como elemento primordial para o desenvolvimento sócio-econômico da cidade de Juiz de Fora (GIROLETTI, 1988 p. 113).

Ao analisarmos que a industrialização tem seu princípio em centros onde o mercado de exportação é a atividade principal, como o caso do café em Juiz de Fora, a expansão da exportação promove a dinamização do mercado interno, cujas necessidades não podem ser satisfeitas somente com bens importados. Tal ampliação do mercado interno provoca a aceleração do crescimento das cidades, gerando investimentos e força de trabalho (GIROLETTI, 1988 p. 40).

É muito interessante observarmos que, como citamos anteriormente, o aperfeiçoamento do sistema de transportes em Juiz de Fora preparou o terreno para que a cidade engendrasse uma realidade capitalista depois dos anos de 1880. Tal realidade atraiu e fez que imigrantes investidores nacionais se fixassem na cidade.

Ao pesquisarmos atas de resoluções da Câmara Municipal da década de 1870, presenciamos uma parceria público/privada em obras de infra-estrutura pública, como instalação de rede de esgotos, pontes, iluminação a querosene, dentre outros<sup>3</sup>.

Maria Bárbara Levy aborda que, no Rio de Janeiro, grupos sociais cobrem os gastos públicos através de compra de títulos da dívida pública (LEVY, 1994 p. 89). Percebemos que o mesmo acontecia em Juiz de Fora, onde grupos sociais, como grande parte de fazendeiros e uma pequena parcela de comerciantes, financiavam infra-estruturas públicas através da compra de títulos de dívida pública lançados pela Câmara Municipal de Juiz de Fora. Inicia-se então a formação de grupos sociais que, ao investir em sua localidade, passam a exigir também formas de melhorias dessa infra-estrutura.

O papel exercido pelos comerciantes locais demonstra que, apesar de serem pequenos contribuintes frente aos fazendeiros, reivindicavam melhorias na infra-estrutura urbana. Conforme cita Sônia Regina Miranda, em 1871 comerciantes locais organizam uma representação exigindo a instalação de uma estação ferroviária no centro da cidade. O motivo da manifestação se dava devido à longa distância do terminal rodoviário da Cia. União Indústria e também ao monopólio exercido pelo seu acionista majoritário Mariano Procópio (MIRANDA, 1990 pp. 103-104).

A chegada da ferrovia em Juiz de Fora em 1875 permitiu a Juiz de Fora se tornar um entreposto regional de abastecimento. Na década de 1880 a cidade já vai dispor de um sistema de transportes urbanos, com a organização da Cia. Carris Urbanos de Juiz de Fora, e o sistema de comunicação também se aperfeiçoa com a instalação de telefonia urbana em 1883 e os serviços de telégrafos em 1885 (MIRANDA, 1990 p. 105).

Os comerciantes exerceram um papel fundamental em serviços de infra-estrutura urbana. Além da representação citada acima exigindo a estação ferroviária em um ponto central, exigiram também melhorias no abastecimento de água e limpeza pública, sendo que em 1885 a cidade já possui o sistema de água encanada e iluminação a gás (MIRANDA, 1990 p. 105).

---

<sup>3</sup> Livro de Atas e Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1888-96) sob custódia do Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Em 1887 a cidade inaugura uma agência bancária, privilégio de poucas localidades do país fora do centro do Rio de Janeiro<sup>4</sup>, o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais. O banco era uma sociedade anônima constituída por quatro fazendeiros e políticos da região e um comerciante. Os fazendeiros/políticos eram o Barão de Santa Helena, chefe do Partido Conservador, senador do império e vice-presidente da província, o Cel. Vidal Barbosa Lage, principal acionista da ferrovia Juiz de Fora/Piau, Barão de Monte Mário, chefe do Partido Liberal (imigrante) e Visconde de Moraes, apenas fazendeiro. O comerciante era Francisco Batista de Oliveira (imigrante), dono de uma das maiores casas comerciais da cidade, exercendo um importante papel de importação na cidade.

O Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais possuía uma carteira comercial onde eram destinados recursos para operações como descontos, empréstimos à lavoura, exercendo assim um papel de crédito interno. Expandiu suas atividades inaugurando agências na praça da capital do Estado, a cidade de Ouro Preto, e no maior centro financeiro do país, a cidade do Rio de Janeiro (CROCE, 2008 p. 174).

Os desdobramentos dos investidores acima demonstrados levariam ainda a um maior encadeamento de investimentos de suma importância na infra-estrutura urbana a partir de 1889, envolvendo investidores externos.

Associamos então três fatores relevantes que influíram na preparação da cidade a viver dentro de uma lógica capitalista.

1) O acúmulo de capital dos fazendeiros locais, que, como apontamos anteriormente, foram beneficiados economicamente através do investimento de transportes, aumentando sua produção e reduzindo os custos, o que resultou em maior acumulação de capital a ser reinvestido em outros setores estruturais urbanos. O impulso cafeeiro era tão ascendente, que o café, um produto que representava apenas 3% da exportação do estado de Minas Gerais no início do século XIX, passa a 45% três décadas depois (ALMICO, 2001 p. 37).

2) O papel representativo exercido pelos comerciantes que, junto com outros investidores, financiavam obras de infra-estrutura pública, adquirindo títulos de dívida pública. Os benefícios conquistados pelos comerciantes locais são claramente demonstrados pelo crescimento no número de estabelecimentos comerciais da cidade. Em 1870, a cidade dispunha de 153 casas comerciais, chegando a 692 casas comerciais em 1905 (PIRES, 1999 p. 108).

3) A transferência de investidores de outras localidades, dispostos a investir em Juiz de Fora pelo fato desta cidade possuir elementos estruturais como comunicação, transportes, setor financeiro e disponibilidade de mão-de-obra qualificada (imigrantes) a baixo custo. Um bom exemplo desse fato é a carta escrita por um dos maiores industriais a se transferirem para a cidade, onde depois de comentar sobre a existência da Hospedaria do Imigrantes, escreve: *"muito facilitará o engajamento do pessoal de primeira ordem e a preço mais módico que na Corte"*<sup>5</sup>. Associamos também a localização geográfica da cidade, próxima do maior centro consumidor do país, a cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 1889, com as transformações decorridas até então na estrutura urbana, a cidade se torna um palco de novas inaugurações, principalmente no campo de sociedades anônimas.

---

<sup>4</sup> A respeito de existirem poucas agências bancárias fora da praça do Rio de Janeiro ver: FRANCO, G. H. B. **Reforma Monetária...** op. cit. pp. 27-28.

<sup>5</sup> JACOB, R. **Carta de Mascarenhas de 16/11/1888.** In: GIROLETTI, D. **A Industrialização...**op. cit. p. 67

Dos vários empreendimentos concretizados no período, destacamos duas sociedades anônimas idealizadas por imigrantes nacionais em Juiz de Fora que consolidaram o pensamento moderno dentro de uma base de investimentos capitalistas: o Banco de Crédito Real de Minas Gerais e a Companhia Mineira de Eletricidade. A primeira sociedade anônima referida, respondeu pela consolidação do sistema financeiro local e a segunda pelo empreendimento pioneiro da energia elétrica, permitindo que a cidade de Juiz de Fora fosse o primeiro local da América Latina a possuir uma usina hidrelétrica.

O impacto do fenômeno da eletricidade rendeu comentários por todo o país, e como cita Gustavo Pena em um jornal mineiro:

"Quando em Juiz de Fora havia já a luz elétrica, ali, na Capital do país, ao empardecer das tardes, saíam, como insetos noturnos, para os pontos, os acendedores, os profetas, empunhando varas escuras e compridas, tendo na extremidade uma chamazinha, com que iam acendendo os lampiões nas ruas." (Gustavo Pena, *Minas Gerais* de 5 de fevereiro de 1927. In: MASCARENHAS 1954 - p. 150).

A Cia. Mineira de Eletricidade é um exemplo de como Juiz de Fora alavancou seu desenvolvimento de estrutura urbana através de parcerias envolvendo agentes agrários, industriais oriundos de outras localidades, comerciantes e políticos. Dentro dessa aliança de investidores, o idealizador da Cia. Mineira de Eletricidade foi o industrial Bernardo Mascarenhas.

Em 1887 Bernardo Mascarenhas mudava-se para Juiz de Fora, trazendo consigo grandes planos para o desenvolvimento e a industrialização. Era um empresário bem sucedido, que começou a vida trabalhando no comércio, vendendo seus produtos como tropeiro (GIROLETTI, 1988 p. 86).

Vale a pena lembrar que além de Bernardo Mascarenhas trabalhar como comerciante, ele era também um grande estudioso. Fez o curso de Humanidades no Colégio do Caraça, concluindo este em São João Del Rey, além de ter feito cursos de Física e Mecânica nos Estados Unidos, gerando um conhecimento relativo a equipamentos importados, o que se refletiria mais tarde em suas fábricas (RIBEIRO, 1990 p. 10).

Trabalhando dessa forma, juntamente com seu irmão Caetano, conseguiu acumular um capital, construindo em 1872 uma fábrica de tecidos em uma região mineira conhecida como Cedro, perto da cidade de Sete Lagoas. Depois do sucesso dessa fábrica montaram outra, a Fábrica da Cachoeira, com seus outros irmãos, e em 1885, as duas fábricas se juntaram formando assim a Fábrica Cedro Cachoeira com um grande conceito no mercado da época (GIROLETTI, 1988 pp. 86-87).

Bernardo Mascarenhas com o dinheiro que conseguiu juntar do lucro dessa fábrica em sociedade montou em Juiz de Fora sua própria fábrica, a Tecelagem Bernardo Mascarenhas. Sendo assim, o industrial com seu conhecimento técnico, produzia tecidos de ótima qualidade para o padrão da época (GIROLETTI, 1988 p. 87).

A Tecelagem Bernardo Mascarenhas foi inaugurada em 14 de maio de 1888, e em 1897 já duplicava a quantidade de suas máquinas (as máquinas na época eram teares). Empregava 120 operários e produzia 2.000 metros de tecidos por dia. Em 1914,

funcionava com mais máquinas e já empregava 526 operários produzindo 188.000 metros de tecidos por dia (GIROLETTI, 1988 p. 87).

Ao mudar-se para Juiz de Fora, Bernardo Mascarenhas comprou um terreno no qual se situava a Cachoeira dos Marmelos. Tal cachoeira permitia o fornecimento de energia hidráulica para sua fábrica de tecidos, fato esse que permitiu ao empresário a idealização de construção naquele local de uma companhia de eletricidade que fornecesse energia, não só para sua fábrica, mas também para iluminação pública e particular, e em período integral para o funcionamento das fábricas que já existiam na cidade e para as que começassem a surgir (GIROLETTI, 1988 p. 87).

A iluminação da cidade na época era feita com gás, e para Bernardo Mascarenhas conseguir concretizar seu plano de passar essa iluminação para elétrica era preciso conseguir a transferência de contrato de iluminação pública. A participação do comerciante e imigrante Francisco Batista de Oliveira foi fundamental na negociação com o engenheiro Maurício Arnade na questão da transferência, pois esse engenheiro era o detentor da concessão de iluminação pública a gás do município (GIROLETTI 1988 p. 87).

Em 1887 foi concretizado o acordo com a permissão e apoio da Câmara dos Vereadores, e em 1888 já estava em construção a Companhia Mineira de Eletricidade. Bernardo Mascarenhas daria os terrenos e sua cachoeira para a construção da usina em troca de 35 anos de energia elétrica gratuita para sua fábrica. A firma Westinghouse foi contratada para os serviços de construção da companhia, trabalhando e estudando o aproveitamento da água, a colocação de dínamos, a rede de iluminação da cidade, o número de lâmpadas, e a especificação de velas e todo o material necessário.

Em 1889 começam a chegar os materiais enviados pela Westinghouse, e a população acompanhava esse período com muita ansiedade, pois a obra demoraria devido às dificuldades da época. Até que em setembro é concretizada, e começa a funcionar a Usina Hidrelétrica de Marmelos, pertencente à Cia. Mineira de Eletricidade (GIROLETTI, 1988 p. 88).

Inaugurada em 5 de setembro de 1889, a Usina Hidrelétrica de Marmelos escreveria para sempre o nome da cidade de Juiz de Fora na história da energia elétrica do Brasil. O investimento proporcionou um grande impacto devido a esta hidrelétrica ser a primeira na América Latina, começando a funcionar apenas sete anos depois da primeira do mundo, a Hidrelétrica de Appleton Wisconsin, nos Estados Unidos<sup>6</sup>.

A hidrelétrica construída a seis quilômetros de Juiz de Fora, às margens da estrada União e Indústria, gerou uma certa revolução nas indústrias e fábricas de Juiz de Fora, pois era a primeira vez que recebiam energia elétrica em seus locais de produção. Bernardo Mascarenhas escreve uma carta em 1887, pronunciando: "*Me considerarei muito feliz se for o primeiro a transmitir força elétrica, praticamente utilizável, no Brasil ou talvez na América do Sul.*"<sup>7</sup> Para se ter idéia da dimensão dessa obra, o Jornal "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro escreve se referindo à Hidrelétrica:

---

<sup>6</sup> **Usina Marmelos Zero.** Um marco na história da energia elétrica no Brasil. CEMIG e Governo de Minas Gerais. Edição Comemorativa, p.02

<sup>7</sup> Trecho da carta de Bernardo Mascarenhas em 1887. Dois anos depois, sua Cia. Mineira de Eletricidade instalava à beira do Rio Paraibuna, a primeira hidrelétrica de porte da América do Sul. In: **Usina Marmelos...**op. cit. p. 01.

"Não podemos deixar de render congratulações aos habitantes de Juiz de Fora, não só pelo empreendimento, que foi elevar mais, se é possível, a sua importância, como também porque está livre do gás, que tanto escurece." (Jornal "Gazeta de Notícias" *In: Usina de Marmelos*. Edição Comemorativa p. 02).

A consolidação desse investimento proporcionou uma significativa dinamização industrial na cidade:

“Nos dezesseis anos que se seguiram (1898-1914) fundaram-se mais de 160 indústrias em Juiz de Fora (...) Há registro da data de fundação de 160 indústrias cuja data de fundação se desconhece. É bem provável que parte delas tenha sido criada no período assinalado. Por isso se estima que foram fundadas mais de 160 empresas no período”. (GIROLETTI, 1988 pp.90-91).

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais também foi um empreendimento de capital local com a participação de investidores imigrantes ligados a atividades industriais, agrárias, comerciais e de profissões liberais. Tal iniciativa libertou de forma significativa a dependência do crédito externo propiciando aos fazendeiros de café da região a obterem crédito em sua própria praça. De acordo com a tabela abaixo vemos uma inversão desse fato:

**TABELA 04**

**Participação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais na Distribuição de Capital para a Lavoura Cafeeira de Juiz de Fora 1890/1919. (valores em mil-réis)**

<b>Década</b>	<b>DIV.TOTAL</b>	<b>B.C.R.</b>	<b>%</b>	<b>R.J.</b>	<b>%</b>
1870/79	309.819	-----	-----	144:477	46,63
1880/89	1.022:570	-----	-----	768:649	75,16
1890/99	199:209	143:939	72,46	1:211	0,60
1900/09	613:996	438:776	71,46	73:868	12,63
1910/19	109:517	73:000	66,65	2:263	2,06

**FONTE:** Inventários Juiz de Fora - 1870/1929 Apud: PIRES, Anderson. *Café, Finanças...* op. cit. p- 202.

Autorizado a funcionar por um decreto assinado pelo Imperador D. Pedro II, em 22 de agosto de 1889, o Crédito Real ultrapassou a marca de funcionar por mais de um século (RIBEIRO, 1990 p. 10).

O Banco desenvolveu uma trajetória de crescimento impressionante. Iniciando suas atividades com um capital de apenas 100 contos, em 1889, direcionava suas atividades ao empréstimo agrícola com garantias hipotecárias. Em menos de um ano de

existência, o balanço de 30 de junho de 1890 aponta um lucro líquido de 5.697\$050 (GIROLETTI, 1988 P. 84).

Em 1891 é concedida pelo governo a autorização de abertura de uma carteira comercial envolvendo operações de descontos, depósitos, contas correntes e cauções, e no mesmo ano seu capital era elevado para 3.000 contos, distribuído em 15.000 ações. Em 1892 o Banco abria uma agência na capital do estado, Ouro Preto, e em 1894 firma um acordo com o governo, tornado-se administrador dos fundos do Tesouro do estado na agência de Ouro Preto. Em contrapartida faria adiantamentos necessários aos cofres da Fazenda (GIROLETTI, 1988 pp. 84-85).

Apesar do entrelaçamento do Banco com o governo, não podemos associar o desenvolvimento dessa instituição bancária atrelada somente ao Estado. O banco atuou com uma base sólida em suas operações ativas e passivas, ou seja, com grande evolução de depósitos na sua carteira passiva, era possível operar com um grande desempenho na carteira de ativos, no desconto de letras. A prática de desconto fortalece o sistema financeiro local, oferecendo sempre maior disponibilidade de capital de giro para os agentes produtivos locais (PIRES, 1999 p. 209).

O desdobramento industrial dos investidores locais e imigrantes, investindo em segmentos de infra-estrutura urbana, e empreendimentos além dos que citamos acima, permitiu a criação de diversos ramos de produção, constituídos por sociedades anônimas conforme tabela abaixo.

**TABELA 05**  
**Sociedades Anônimas Fundadas em Juiz de Fora - 1854/1899**

Companhia	Capital Nominal	Fundação	Liquidação	Setor
Cia. União e Indústria	5.000.000\$	1854	1872	Transporte
Cia. Est. De Ferro J. Fora a Piau	1.200.000\$	1871	1898	Estrada de Ferro
Cia. Est. De Ferro União Mineira	-----	1878	1884	Estrada de Ferro
Empresa dos Lavradores	80.000\$	1882	1885	Agrícola
Cia. de Ferro Carril Bonds de Juiz de Fora	100.000\$	1882	1897	Transporte Urbano
Cia. Industrial Mineira	1.200.000\$	1883	1933	Têxtil
Estrada de Ferro Carril Parahybuna e Porto das Flores	-----	1884	1888	Estrada de Ferro
Associação Promotora de Imigração	400.000\$	1887	n.d.	Imigração
Banco Territorial e Mercantil de M.G.	1.000.000\$	1887	1892	Financeiro
Cia. de Gás de	200.000\$	1887	n.d.	Serviço Público

Juiz de Fora				
Cia. Pastoral Mineira	1.000.000\$	1888	1896	Agrícola
Cia. Mineira de Eletricidade	150.000\$	1888		Energia
Cia. Organização Agrícola Mineira	300.000\$	1896	1896	Agrícola
Cia. Estrada de Ferro Santa Izabel do Rio Preto	-----	1889	1899	Estrada de Ferro
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	500.000\$	1889		Financeiro
Academia de Comércio	200.000\$	1890/91		Ensino
Cia. Construtora Mineira	500.000\$	1890	1892	Construção Civil e Industrial
Cia. Industrial de Juiz de Fora	1.000.000\$	1890	1897	Couro e materiais graxos
Cia. Indústria Mineira	300.000\$	1890	1892	Calçados
Cia. Agrícola de Juiz de Fora	2.200.000\$	1891	1896	Agrícola
Cia. Chimico Industrial Mineira	500.000\$	1891	1900	Química e farmácia
Cia. Mechânica Mineira	500.000\$	1891	1895/96	Mecânica
Banco de Crédito Popular de M.G.	1.400.000\$	1891	1893	Financeiro
Cia. de Tecidos de Juta	-----	1894	1901	Têxtil
Empresa Tipográfica de Juiz de Fora - "O Pharol"	300.000\$	1899	1901	Jornalismo

**Fonte:** Jornais locais - vários anos Apud. PIRES, Anderson. **Café, Finanças...** op. cit. p. 291

As transformações ocorridas provenientes dos investimentos locais ficam claramente expostas quando analisamos os novos modos de aplicação de capitais desses agentes. Os investimentos que eram majoritários no período de 1870-88, como escravos e benfeitorias, perdem posição para os que ocupavam lugares modestos no mercado local, como títulos, ações e dívida pública. Verifiquemos as tabelas abaixo, baseadas em inventários *post-mortem*:

**TABELA 06**  
**Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período -**  
**1870/1879**

Escravos	Café	Animais	Terras	Casas	Benefícios	Objetos	Alimentos	Dívidas	Títulos	Ações	Terrenos
32,68	16,65	2,64	17,70	6,01	2,76	2,32	0,77	11,76	4,50	1,93	0,18

**Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período -**  
**1880/1888**

Escravos	Café	Animais	Terras	Casas	Benefícios	Objetos	Alimentos	Dívidas	Títulos	Ações	Terrenos
16,04	15,87	2,18	14,54	9,19	2,92	1,74	0,42	23,74	7,96	5,01	0,43

**Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período -**  
**1889/1898**

Escravos	Café	Animais	Terras	Casas	Benefícios	Objetos	Alimentos	Dívidas	Títulos	Ações	Terrenos
0	12,86	2,97	19,64	16,13	2,37	3,15	0,45	18,22	16,55	6,77	0,93

**Fonte:** inventários *post-mortem* - Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Adaptado: ALMICO, Rita C. **Fortunas em movimento...** op. cit. pp. 72, 93 e 117.

O outro empreendimento de muita importância idealizado por um imigrante em Juiz de Fora no século XIX foi a inauguração da Academia de Comércio que foi fundada sob forma de sociedade anônima e teve como idealizador Francisco Baptista de Oliveira. O crescimento da área industrial e comercial em Juiz de Fora exigia também a qualificação de seus colaboradores.

O objetivo desse empreendimento se destinava a formar “negociantes, banqueiros, diretores e empregados de estabelecimentos comerciais”. Lembramos que o comerciante Francisco B. de Oliveira, idealizador dessa sociedade, possuía um capital financeiro diversificado. Além de sua atuação à frente de um estabelecimento comercial considerado um dos principais da cidade, teve seu nome vinculado à significativa contribuição nas inaugurações de sociedades anônimas dos setores de energia e financeiro.

Ao colocarmos a idéia educacional dessa sociedade anônima, frente ao panorama da conjuntura econômica desse período, percebemos as transformações que esse momento injetava no quadro da nova mentalidade do ensino financeiro brasileiro.

Através de consulta na Coleção de Leis e Decretos do estado de Minas Gerais no arquivo desse período, observamos um aumento substancial de criação de novas escolas técnicas, que assim como a Academia de Comércio em Juiz de Fora, buscavam suprir a qualificação dos meios de serviços. Um exemplo desse fato é o surgimento das Escolas Técnicas Agrícolas, como a da cidade de Ponte Nova em 1894, dentre outras propiciadas pelas leis de incentivo governamentais.

Aliomar Baleeiro coloca que dentro do conjunto de idéias e conceitos de Rui Barbosa, ministro da Fazenda nesse momento, estava:

“categórica repulsa ao protecionismo como meio idôneo para a industrialização, que deveria assentar numa imediata intensificação de serviços educacionais, considerando-se investimento dos mais remuneradores e os sacrifícios tributários que o país fizesse para tal fim.” (BALEEIRO, 1949 pp. 37-38).

A inauguração da Academia do Comércio teve a presença do então presidente do Estado de Minas Gerais e futuro Presidente da República, Afonso Pena, o qual demonstrava apoio às necessidades da instituição. A iniciativa privada, através do mercado acionário, também apontava a solidez do empreendimento.

A Academia do Comércio carregava consigo então, a marca de ser o primeiro Instituto Superior de Ensino Comercial da América do Sul. (CROCE, 2008 p. 182).

Diante desse quadro então podemos acompanhar uma mudança conjuntural na cidade de Juiz de Fora sendo que a participação dos imigrantes nacionais e estrangeiros influenciou diretamente nesse contexto.

## **Considerações Finais**

Nas últimas linhas desse artigo podemos concluir que a participação dos imigrantes tanto estrangeiros como nacionais atrelados ao capital cafeeiro da cidade de Juiz de Fora fizeram da região da zona da Mata mineira a referência do contexto imigratório no século XIX.

Os imigrantes estrangeiros contribuíram diretamente na construção de uma rodovia que ligou Juiz de Fora à capital do país, alavancando a economia local, gerando uma poupança social. A contribuição socioeconômica teve continuidade ao final dessa obra que ao se fixarem na cidade tais imigrantes inovaram na criação de um parque comercial e industrial com pequenas fábricas de bebidas, carroças, curtumes etc.

Os imigrantes nacionais por sua vez se caracterizaram por inaugurarem grandes ramos de produção, como foi o caso da indústria têxtil, do comércio e das sociedades anônimas, sendo esse último fator, em nossa concepção o mais significativo.

Mais significativo no sentido de trazer conseqüências benéficas ao município e para a região como um todo, como por exemplo, a “independência” do setor financeiro fluminense através dos serviços prestados pela sociedade anônima dos bancos Crédito Real de Minas Gerais e do Territorial e Mercantil de Minas. Também no parque industrial que através da sociedade anônima Cia. Mineira de Eletricidade revolucionou esse setor sendo a cidade apelidada de “Manchester Mineira”.

Concluimos então que Juiz de Fora foi uma cidade que viveu intensamente os resultados socioeconômicos que os imigrantes proporcionaram, inserindo na economia regional alguns empreendimentos inovadores e que passaram por grande longevidade, como foi o caso da Cia. Mineira de Eletricidade que hoje conhecemos como a Cemig, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais que exerceu suas atividades no mercado financeiro por mais de 100 anos e a Academia do Comércio, instituição de educação atuante até os dias atuais.

## **1 – Fontes Primárias:**

- 1.1 –Jornal “**Credireal, 101 anos**”, edição comemorativa, Belo Horizonte, 1990.
- 1.2 - Coleção de Leis e Decretos do Governo de Minas Gerais, sob Guarda do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte – MG.

## **2 – Fontes Impressas**

- 2.1 - ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.
- 2.2 - **Revista Cultura em Voga**. M.R. Publicidade e Promoções, Juiz de Fora, nov/2005.
- 2.3 - **Usina Marmelos Zero**. *Um marco na história da energia elétrica no Brasil*. CEMIG e Governo de Minas Gerais. Edição Comemorativa

## **Bibliografia:**

- ALMICO, Rita C. S. . **Fortunas em Movimento: Um Estudo sobre a Transformação de Riqueza Pessoal em Juiz de Fora (1870-1914)**. Universidade Estadual de Campinas, 2001, (Dissertação).
- ARANTES, L. A. **As Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.
- BALEEIRO, A . **Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda**. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949. Rio de Janeiro.
- BOCCHI, J. I. In: **Formação Econômica do Brasil**/ organizadores: José Márcio Rego, Rosa Maria Marques – São Paulo: Saraiva, 2003.
- COSTA, E. V. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 7 ed. Unesp, 1999.
- CROCE, M. A. **O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: O Balanço de uma Conjuntura**. FUNALFA Edições. Juiz de Fora, 2008.
- FRANCO, Gustavo B.. **A 1º Década Republicana**. In: ABREU, M. P.. **A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. 11º ed. Rio de Janeiro, Campos, 1990.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- GIROLETTI, Domingos A. **Industrialização de Juiz de Fora 1850-1930**. Juiz de Fora, EDUFJF, 1988.
- GRAHAM, D. H. **Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento brasileiro**, *Estudos Econômicos* 1880-1930, v. 3 n.1

- HOLANDA, S. B. de (Dir.). **O Brasil monárquico; declínio e queda do império.** *História geral da civilização brasileira.* 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil 1995. t. 2, v. 4.
- LEVI, Maria B.. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- MASCARENHAS, N. L **Bernardo Mascarenhas e o Surto Industrial de Minas Gerais.** Rio de Janeiro, Aurora, 1954.
- MIRANDA, S. R. **Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana da velha Manchester Mineira.** Dissertação de Mestrado, UFF, 1990.
- PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais. Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira - 1889/1930.** In: **3o Congresso Brasileiro de História Econômica. ANAIS.** Curitiba: UFPR, 1999.
- RIBEIRO, J. *"Banco de Crédito Real de Minas Gerais"*. In: **Um Banco de todos os Tempos - Credireal 101 anos.** Edição Comemorativa. 1990 p. 10.
- VALVERDE, Orlando. **O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais.** In: **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, 20 (1) 3-82 - Jan/Mar- 1958.
- WHIRTH, J.. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira: 1889/1937.** 1º ed. Paz e Terra. São Paulo, 1982.